



QUANTO CUSTA TIRAR
UM PGTA
DO PAPEL?

SUMÁRIO

- 1 Apresentação: quanto custa tirar um PGTA do papel?**
- 2 Agradecimentos**
- 3 PGTA inspiradores para criação da metodologia**
- 4 Metodologia para levantamento de custos**
- 6** **» Áreas de Interesse**
- 8** **»» Objetivos gerais e propostas específicas**
- 11** **»»» Quem deve executar e quem deve financiar?**
- 15** **» Rubricas**
- 20** **» Estimativas de custos**
- 24 Anexos**



APRESENTAÇÃO:

QUANTO CUSTA TIRAR UM PGTA DO PAPEL?

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas são fruto valioso das mobilizações das comunidades e organizações indígenas e seus parceiros, uma forma de sistematizar os desejos, sonhos e compromissos coletivos para os seus territórios e para o bem viver das atuais e futuras gerações indígenas. Elaborados por cada povo em processos coletivos particulares, os PGTA são um instrumento importante para a garantia da autonomia dos povos indígenas, além de terem se tornado fundamentais para a concretização da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída em 2012 pelo Decreto 7.747/2012 – ainda que não tenham sido previstos no seu texto.

Apesar de sua reconhecida importância, e dos impactos positivos que promovem (e que ultrapassam em muito os limites das aldeias), a implementação dos PGTA e da própria PNGATI sofrem com sucessivo subfinanciamento estatal, agravado pelo histórico estrangulamento orçamentário dos órgãos responsáveis pela política indigenista e ambiental. O próprio processo de elaboração dos documentos, assim como as diversas iniciativas para sua efetiva implementação, não teriam sido possíveis se não fosse o financiamento da cooperação internacional e o trabalho das

comunidades e de seus parceiros. Ainda assim, a guinada anti-indígena e anti-ambientalista adotada pelo poder executivo nos últimos dois anos não apenas terminou de esvaziar o já parco financiamento público destinado à implementação da PNGATI, como também bloqueou o acesso, por exemplo, ao Fundo Amazônia, dificultando ainda mais que os PGTA saiam do papel.

Neste contexto de ataque aos direitos e territórios indígenas, essa cartilha tem como objetivo apresentar uma metodologia para que comunidades indígenas e seus parceiros levantem os custos necessários para implementar os seus PGTA, podendo ser tanto uma ferramenta de captação de recursos de forma autônoma junto à cooperação internacional, como também uma forma de pressionar o Estado para garantir os direitos indígenas, a partir do investimento público. Apoiada pela Rainforest Foundation Norway, a metodologia aqui apresentada foi construída a partir da análise de cinco PGTA de Terras Indígenas localizadas na Amazônia Legal, escolhidos a partir da consideração da diversidade de iniciativas, necessidades, visões de futuro e singularidades dessas áreas e suas comunidades. Esses PGTA serviram ao mesmo tempo de base para a formulação da metodologia e de piloto para a sua aplicação.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste estudo contou com a contribuição fundamental das organizações parceiras, sem as quais sua realização não teria sido possível. O Inesc agradece especialmente a:

Ana Luiza Melgaço Ramalho - Comissão Pro-Índiol CPI-Acre

Carla Amorim - Instituto Socioambiental (ISA)

Denise Grupioni - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ)

Dominique Gallois - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ)

Isaías Fontes - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)

Ivã Bocchini - Instituto Socioambiental (ISA)

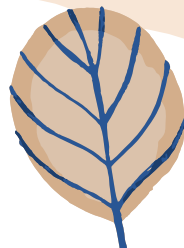
Júnia Faria - Rainforest Foundation Norway (RFN)

Leonardo Braga - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ)

Luis Grupioni - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ)

Marivelton Baré - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)

Renato Martelli - Instituto Socioambiental (ISA)



PGTA INSPIRADORES PARA CRIAÇÃO DA METODOLOGIA



PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL TERRA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO

Realização: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)

Assessoria: Instituto Socioambiental (ISA)

Ano de elaboração: 2019

Hectares: 799.000 UF: Amazonas População: 26.046 Etnias: 23



PLANO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU

Realização: Associação Terra Indígena Xingu (ATIX)

Instituto de Pesquisa Etnoambiental do Xingu (IPEAX)

Instituto Socioambiental (ISA)

FUNAI - Coordenação Regional do Xingu

Ano de elaboração: 2016

Hectares: 2.642.000 UF: Mato Grosso População: 6090 Etnias: 16



PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DO RIO HUMAITÁ

Realização: Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá (APIRH)

Associação da Cultura Indígena do Humaitá (ACIH)

Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIC)

Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)

Ano de elaboração: 2015

Hectares: 127.000 UF: Acre População: 331 Etnias: 4



PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL TERRA INDÍGENA ZO'É PLANEJANDO COMO VAMOS CONTINUAR VIVENDO BEM NO FUTURO

Realização: Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena FUNAI

Ano de elaboração: 2019

Hectares: 671.227 UF: Pará População: 310 Etnias: 1



PLANO DE GESTÃO DAS TERRAS INDÍGENAS PARQUE DO TUMUCUMAQUE E RIO PARU D'ESTE

Realização: Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Katxuyana e Txikiyana (Apitikatxi),

Associação dos Povos Indígenas Wayana e Aparai (Apiwa)

Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

Ano de elaboração: 2018

Hectares: 3.071.000 UF: Pará, Amapá População: 1700 Etnias: 6

METODOLOGIA PARA LEVANTAMENTO DE CUSTOS:

E então, como podemos estimar os custos para tirar um PGTA do papel? Ao longo desta cartilha, vamos construir um percurso para que as comunidades e seus parceiros possam utilizar a metodologia de forma autônoma, a partir de seus interesses e prioridades. Primeiro, mostraremos a estrutura da metodologia como um todo; depois montaremos parte por parte dela. No passo a passo, veremos que a estrutura é menos complicada do que parece.



Vamos testar a metodologia com alguns exemplos do PGTA do Território Indígena do Xingu (TIX). Sempre que esse ícone estiver presente, estaremos falando do levantamento de custos do Plano daquele território.



PARA A APLICAÇÃO DESTA METODOLOGIA, PRECISAREMOS:

Do PGTA já em implementação

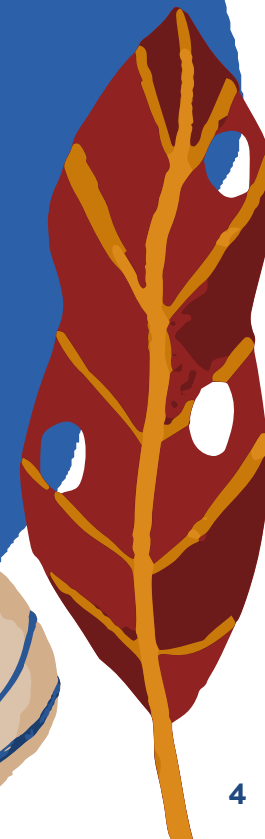
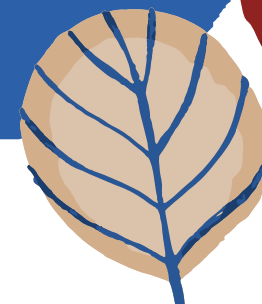
Ela não prevê os custos de elaboração dos Planos!

Projetos das comunidades e de seus parceiros relacionados ao PGTA

Esses documentos são importantes para levantarmos os valores adequados para cada realidade.

Conhecimento básico de excel,

para preencher as tabelas com as estimativas.





A ESTRUTURA DA METODOLOGIA É A SEGUINTE:

TÍTULO DA ÁREA DE INTERESSE

A nossa planilha é dividida em áreas de interesse, para facilitar a estimativa de custos de áreas prioritárias para cada comunidade, como a Proteção Territorial ou o Manejo e Soberania Alimentar e Nutricional. Vamos falar delas mais adiante e também no ANEXO.

DESCRIÇÃO: Aqui a gente explica a que tipo de iniciativas a área de interesse se relaciona.

OBJETIVOS GERAIS	PROPOSTAS ESPECÍFICAS	QUEM DEVE EXECUTAR?	QUEM DEVE FINANCIAR?	RUBRICAS	ESTIMATIVAS DE CUSTOS ANUAIS
Aqui estão os objetivos gerais desenhados pela metodologia, inspirados nos PGTA de referência.	Aqui entram as propostas elaboradas no PGTA que queremos orçar, relacionadas aos objetivos gerais.	Nessa coluna, nós dizemos quem é responsável pela execução das iniciativas - se as instâncias do poder público, ou as comunidades indígenas e seus parceiros.	Aqui é onde colocamos quem deve financiar as iniciativas elaboradas pelas comunidades: o poder público ou a cooperação internacional.	Para facilitar os cálculos, juntamos alguns elementos de despesa em rubricas. Elas estarão aqui.	Aqui é onde inserimos os valores levantados para realização de cada iniciativa.



VAMOS PASSO A PASSO, PARA SIMPLIFICAR?

COMEÇANDO PELAS ÁREAS DE INTERESSE

As áreas de interesse são eixos temáticos comuns aos PGTA, uma forma de unir as distintas maneiras de organização de cada Plano em uma linguagem comum. Além disso, a separação de áreas de interesse pode servir para captar recursos para cada uma delas separadamente, ou unir esforços de vários povos e comunidades para angariar fundos em suas áreas de prioridade. Podemos, por exemplo, orçar os custos para “Proteção Territorial” de todos os povos indígenas de determinada região ou de “Manejo, soberania alimentar e geração de renda” em um determinado número de TI. Essa possibilidade pode fortalecer a atuação política de organizações indígenas, de acordo com suas prioridades.



PROTEÇÃO TERRITORIAL

Propostas voltadas tanto para o interior das TI como para os seus limites e entorno – incluindo fronteiras nacionais. Os objetivos gerais contemplam atividades de vigilância, fiscalização e monitoramento territorial, combate a invasões e controle da circulação de pessoas nas TI, reavivamento de limites, campanhas voltadas para as comunidades do entorno, estratégias de combate a incêndios, acordos de convivência e trânsito entre fronteiras, atividades formações para vigilância e sobre povos em isolamento voluntário.



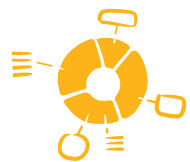
MANEJO, SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Propostas relacionadas aos recursos naturais e às práticas tradicionais de cada TI e cada povo, à agrobiodiversidade, à alimentação e da culinária tradicional; ao fomento das atividades produtivas e de projetos de criação de animais, além do aprimoramento de alternativas econômicas e da educação financeira. Pesquisas e ações a respeito de distúrbios ecológicos e recuperação de áreas degradadas ou desmatadas, além de projetos e políticas de gestão de resíduos.



GERAÇÃO DE RENDA

Propostas voltadas ao fortalecimento e fomento de iniciativas de geração de renda e acesso a mercados, incluindo intercâmbios com outros povos indígenas e processos de formação em temas diversos, como de turismo em terras indígenas, pagamento por serviços ambientais e negócios sustentáveis.



GOVERNANÇA

Ações e projetos de fortalecimento institucional, formação política contínua, construção de espaços para eventos, realização de encontros periódicos e intercâmbios, produção de material de referência e reforço para a comunicação interna às TI. Realização de intercâmbios e encontros periódicos nas TI (incluindo assembleias, festas tradicionais e outros. Acordos voltados para organização interna e interface com agentes e instituições externas”, ao invés de classificar esses processos de reflexão e deliberação coletiva como apenas realização de consulta prévia.



INFRAESTRUTURA

Instalação de sistemas de comunicação (radiofonia, antenas para celular, internet), produção ou acesso à energia fotovoltaica e de garantia de abastecimento de água, além de construção de estruturas de para diversas finalidades e manutenção de estradas e pistas de pouso.



SAÚDE

Propostas referentes às estruturas, ao atendimento e à gestão providas pelas unidades ligadas ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Propostas relacionadas aos conhecimentos, os conhecedores e as práticas tradicionais de promoção da saúde. Medidas voltadas ao aprimoramento de instalações e equipamentos das unidades de atendimento e apoio, à gestão dos profissionais dessas unidades e ao fornecimento de medicamentos (entre outros). Fomento de pesquisa e desenvolvimento de ações relativas aos principais problemas de saúde das comunidades.



EDUCAÇÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Atividades referentes à educação escolar indígena: o aprimoramento da gestão, da infraestrutura e dos aspectos curriculares e didáticos das escolas indígenas. Outras atividades de formação não relacionadas ao contexto escolar, formação para pesquisadores, tradutores e outros, além de diferentes maneiras pelas quais se pode fortalecer atividades de formação com conhecedores indígenas, e de estratégias para a proteção do patrimônio material e imaterial de cada povo.

O nosso primeiro esforço será o de relacionar os eixos temáticos do PGTA que serão orçados com as áreas de interesse da metodologia. Para isso, precisaremos dar uma olhada nos objetivos gerais e nas propostas específicas.



OBJETIVOS GERAIS E PROPOSTAS ESPECÍFICAS

Os objetivos gerais serão os guias para ligar o seu PGTA à estrutura da metodologia. Porque cada área de interesse da metodologia já vem com esses objetivos – justamente para que qualquer plano, de qualquer TI, possa se apoiar nessa ferramenta. Observe, de um lado, os objetivos gerais de cada área, e de outro as propostas (ou acordos) que o seu PGTA tem. Os acordos/propostas do seu PGTA são exatamente aquilo que foi determinado, na elaboração do plano, que deveria ser feito. É o que chamamos, nesta metodologia, de “propostas específicas”.

A tarefa neste momento é relacionar as propostas específicas do seu PGTA com os objetivos gerais de cada área de interesse – mesmo que as áreas contidas na metodologia não coincidam com a maneira como o seu PGTA está organizado (em temas, eixos ou áreas mesmo). O mais importante, pra usar esta ferramenta, é ver em qual objetivo geral cada proposta específica se encaixa. Pode ser que mais de uma proposta se ligue a um objetivo.

Várias propostas específicas dos PGTA não precisam de dinheiro para serem implementadas, pois dizem respeito a acordos internos da comunidade. Por exemplo, no caso do PGTA TIX, temos a seguinte proposta: “Respeitar as regras da cultura quando for dar nome para os filhos. Evitar dar nome de branco”. Não precisamos de recursos para isso, né? Então, como essa metodologia serve principalmente para sabermos quanto custa para tirar o PGTA do papel, propostas como essa não entrarão em nossa tabela.

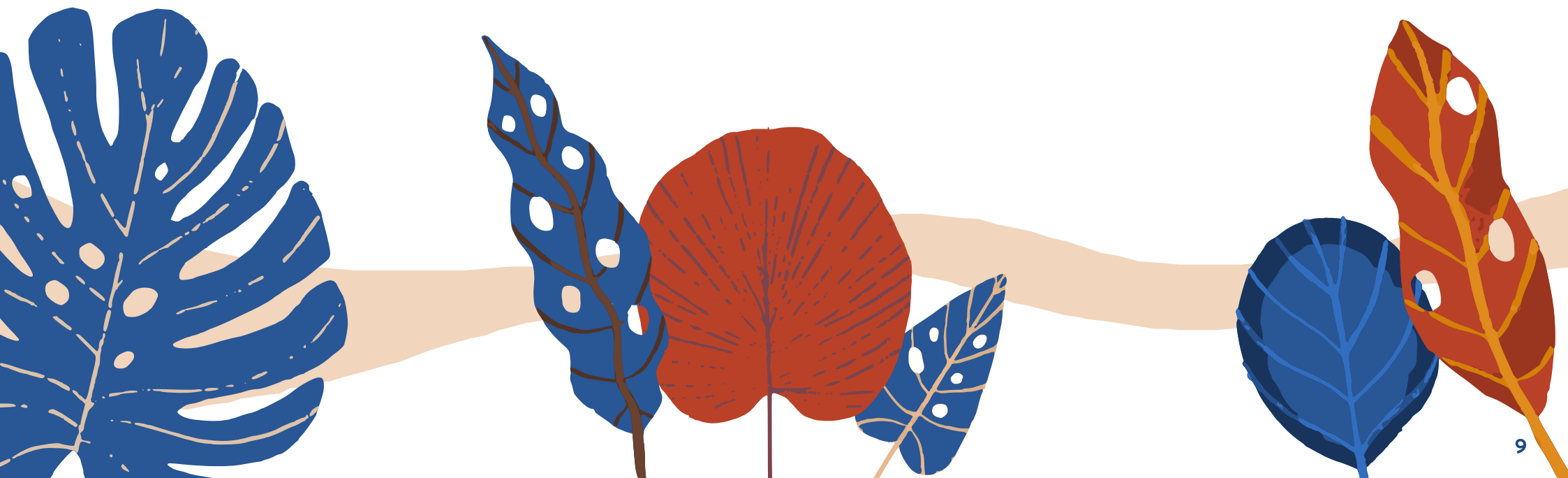




VAMOS VER O EXEMPLO DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU:

Nesse PGTA, o que chamamos de “propostas específicas” são chamadas de “acordos”. Então: dentro do tema “Cultura”, tem o acordo “Organizar lojinha de artesanato na aldeia”. Na nossa metodologia não há uma área de interesse chamada “Cultura”, mas tudo bem: temos objetivos gerais que podem incluir propostas para artesanato em outras áreas, como na de “Geração de renda”. Veja: nela, o primeiro objetivo geral é “Fortalecer e fomentar de iniciativas de geração de renda e acesso a mercados a partir de produtos tradicionais e recursos florestais”. Como o acordo fala de uma iniciativa desse tipo, podemos colocar junto a esse objetivo geral a proposta de organizar a lojinha.

E se olharmos um pouco mais adiante, no PGTA do TIX, vemos que um dos seus temas é “Alternativas Econômicas”. Ali, temos acordos (ou propostas específicas) que, quando colocadas na estrutura da nossa metodologia, ficarão ao lado de acordos de outros temas. Por exemplo: “Apoiar a produção de óleo de pequi e pimenta para comercialização”, que nesse plano está nas “Alternativas Econômicas”, acabará se juntando ao acordo da lojinha, na nossa área de “Geração de renda”. Pois, afinal, ele se encaixa bem no objetivo geral de “Fortalecimento e fomento de iniciativas de geração de renda e acesso a mercados a partir de produtos tradicionais e recursos florestais”.





VOLTEMOS AO EXEMPLO DO PGTA DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU.

No passo anterior da metodologia, nós colocamos duas “propostas específicas” junto a um “objetivo geral”, dentro da área de “Geração de renda”. Então, por enquanto, a nossa planilha está assim:

GERAÇÃO DE RENDA

DESCRIÇÃO: Propostas voltadas ao fortalecimento e fomento de iniciativas de geração de renda e acesso a mercados, incluindo intercâmbios com outros povos indígenas e processos de formação em temas diversos, como de turismo em terras indígenas, pagamento por serviços ambientais e negócios sustentáveis.

OBJETIVOS GERAIS	PROPOSTAS ESPECÍFICAS	QUEM DEVE EXECUTAR?	QUEM DEVE FINANCIAR?	RUBRICAS	ESTIMATIVAS DE CUSTOS ANUAIS
Fortalecimento e fomento de iniciativas de geração de renda e acesso a mercados a partir de produtos tradicionais e recursos florestais.	<p>Organizar lojinha de artesanato na aldeia</p> <p>Apoiar a produção de óleo de pequi e pimenta para comercialização</p>				



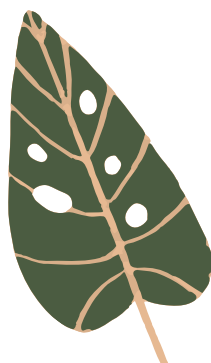
QUEM DEVE EXECUTAR E QUEM DEVE FINANCIAR

Essas duas colunas são importantes para organizarmos os nossos esforços de captação de recursos e também para delinear as alianças que precisamos construir para implementar o PGTA.

Em “Quem deve financiar”, as propostas serão divididas entre financiamento público e outras fontes de financiamento (como, por exemplo, da cooperação internacional, de fundos privados etc). Como saber quem deve financiar o quê? Algumas atividades estão previstas em marcos legais como obrigação do Estado brasileiro. Por exemplo, é dever do Estado demarcar e fiscalizar as terras indígenas, como previsto no artigo 231 da Constituição Federal. Mas, a rigor, o Estado brasileiro não tem obrigação de instalar sistemas fotovoltaicos nas aldeias, mesmo que essa seja uma proposta elaborada pelas comunidades. Para essas atividades, será necessário buscar outras fontes de financiamento.

MARCOS LEGAIS:

Quando o Estado reconhece direitos, criam-se instrumentos legais que servem para garantir a conquista. Por exemplo, a Saúde Indígena diferenciada é garantida pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) - Portaria 254/02. A PNGATI é garantida pelo Decreto 7.747/2012. As políticas públicas, assim, são parte do marco legal que devem orientar a ação do Estado. Além disso, há também os compromissos constitucionais, ou seja, direitos garantidos na Constituição Federal, como o artigo 231 da CF/88, e os acordos internacionais que o país assina e deve cumprir, como a Convenção 169 da OIT. Ainda que diferentes entre si, esses marcos legais são importantes para balizar nossa atuação política e para exigir que o Estado honre os compromissos assumidos.



E quem deve executar? Essa coluna fala sobre quem deve realizar as propostas específicas - se as distintas instâncias do poder público (por exemplo: Funai, secretaria municipal de educação, SESAI, etc). ou se as comunidades indígenas e seus parceiros. Por exemplo, a Funai tem obrigação de fiscalizar os territórios indígenas e as secretarias municipais, de garantir o funcionamento das escolas indígenas, quando houver. Por outro lado, a organização de assembleias ou de atividades de formação complementar devem ser executadas pelas comunidades indígenas e seus parceiros.

Uma coisa importante sobre as propostas dos PGTA é que elas precisam de um esforço coletivo e articulado para serem realizadas. Mesmo as ações que são obrigação do Poder Público devem ser feitas em articulação e diálogo com as comunidades indígenas e seus parceiros. E as ações que serão executadas pelas comunidades indígenas e seus parceiros muitas vezes também precisam de apoio de instituições do Estado.

Esse tema de quem deve financiar as propostas dos PGTA pode parecer um pouco complicado porque, na prática, muitas das obrigações e compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro não tem sido cumpridos. Na verdade, como já comentamos, boa parte da implementação dos PGTA só foi possível por conta do financiamento da cooperação internacional. Mas isso não quer dizer que deveria ser assim e, como sempre dizemos no Inesc, a forma como o dinheiro público é investido é resultado de escolhas políticas. Reafirmar a necessidade de financiamento público para garantia dos direitos indígenas é uma forma de pressionar o Estado brasileiro a cumprir suas obrigações constitucionais. Assim, podemos atuar politicamente e disputar o orçamento público para as políticas indigenistas.

Agora precisamos pensar: quem deve financiar a organização de uma lojinha de artesanato na aldeia? E quem deve colocar isso em prática? A mesma coisa vale para o apoio à produção do óleo de pequi e da pimenta: o dinheiro deve vir de onde? E a responsabilidade de executar essa ação, da maneira como cada povo determina que deve ser executada, cabe a quem? A partir das respostas a essas perguntas podemos preencher as duas colunas. No caso da organização da lojinha de artesanato, não há marcos legais que prevejam a obrigação do Estado em financiar essa iniciativa e a sua organização depende fundamentalmente da mobilização da comunidade do Xingu e de seus parceiros. Já no caso do apoio à produção de óleo de pequi e pimenta para comercialização, há o políticas públicas como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que devem apoiar esse tipo de iniciativa, que devem, portanto, ser implementadas pelo Poder Público. Além disso, a Funai é responsável por garantir o etnodesenvolvimento e também deveria ser acionada para garantir esse apoio. Então nossa tabela agora ficaria assim:





GERAÇÃO DE RENDA

DESCRIÇÃO: Propostas voltadas ao fortalecimento e fomento de iniciativas de geração de renda e acesso a mercados, incluindo intercâmbios com outros povos indígenas e processos de formação em temas diversos, como de turismo em terras indígenas, pagamento por serviços ambientais e negócios sustentáveis.

OBJETIVOS GERAIS	PROPOSTAS ESPECÍFICAS	QUEM DEVE EXECUTAR?	QUEM DEVE FINANCIAR?	RUBRICAS	ESTIMATIVAS DE CUSTOS ANUAIS
Fortalecimento e fomento de iniciativas de geração de renda e acesso a mercados a partir de produtos tradicionais e recursos florestais.	Organizar lojinha de artesanato na aldeia	Comunidades indígenas e organizações parceiras	Outras fontes de financiamento		
	Apoiar a produção de óleo de pequi e pimenta para comercialização	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo; Funai	Financiamento público		





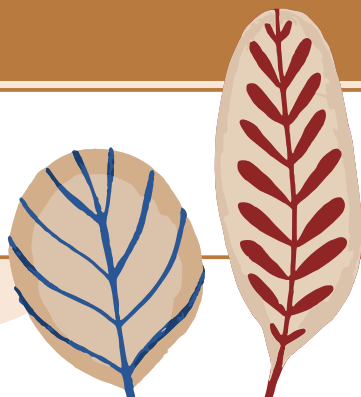
RUBRICAS

Para facilitar a estimativa, nós criamos as rubricas, ou seja, um agrupamento de gastos que precisam ser feitos para realizar determinados tipos de atividade. Uma rubrica que apareceu com muita frequência no teste desta metodologia foi “Expedições e atividades de campo”. O que está previsto nela? Ajuda de custo para participantes e guias; locação de veículo; frete de embarcação; frete aéreo; combustível; alimentação; EPIs e medicamentos. Assim, algumas rubricas possibilitam que calculemos apenas uma vez o valor de cada “expedição e atividade de campo”. E toda vez que essa rubrica se repetir, já sabemos quanto ela vai custar.

Determinados elementos de despesa estão em mais de uma rubrica (como, por exemplo, o elemento “transporte”, que está em “reuniões, oficinas e eventos”, e em “passagens e deslocamento”). Mas eles não devem ser contados duas vezes. Uma proposta que contenha “atividade de formação” e “expedição e atividade de campo” prevê o transporte dos participantes da formação em uma rubrica, e o transporte necessário para a realização de expedições, na outra.

LISTA DE RUBRICAS

ATIVIDADE/RUBRICA	O QUE COBRE (ELEMENTOS DE DESPESA)
Assessoria Técnica	Contratação de consultoria; serviço técnico especializado; acompanhamento técnico de profissional qualificado; assessoria de comunicação, etc.





LISTA DE RUBRICAS

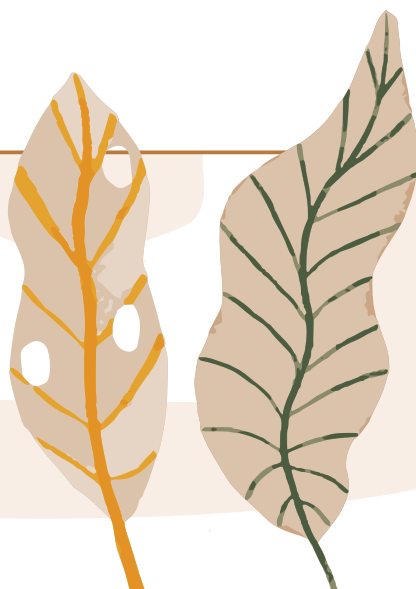
ATIVIDADE/RUBRICA	O QUE COBRE (ELEMENTOS DE DESPESA)
Passagens e deslocamentos	Passagens aéreas e terrestres; combustível; locação de veículo; frete de embarcação; frete aéreo (exceto os de "reuniões e eventos", "expedições e atividades de campo" e "diárias")
Diárias	Gastos com hospedagem e alimentação e deslocamentos pagos em dinheiro a participantes.
Reuniões, oficinas e eventos	Transportes; locação de espaços; alojamento; alimentação; mediação; material didático; equipamento de som; serviços de alimentação e fornecimento em aldeias.
Insumos alimentícios	Cestas básicas; rancho; alimentos em geral (exceto os de "diária", "reuniões, oficinas e eventos" e "expedições e atividades de campo")
Expedições e atividades de campo	Ajuda de custo para participantes e guias; locação de veículo; frete de embarcação; frete aéreo; combustível; alimentação ; EPIs e medicamentos.
Materiais e suprimentos	Ferramentas e equipamentos agrícolas; Sementes e mudas; rancho; materiais para artesanatos; material de construção; materiais de apoio e papelaria etc.





LISTA DE RUBRICAS

ATIVIDADE/RUBRICA	O QUE COBRE (ELEMENTOS DE DESPESA)
Equipamentos tecnológicos	GPS; Computadores; Câmeras Fotográficas; Impressoras; Drones; Microfones; Filmadoras; Gravadores; Celulares etc. Barcos e motores
Apoio	Doação em dinheiro para associações e organizações indígenas e comunitárias
Impressões e Publicações	Diagramação de peças gráficas; impressões de livros, cartilhas e banners; publicação de material impresso
Contratação de serviços de empresa especializada e manutenção	Empresas de asfaltamento; emplacamento/confecção de placas; empreiteiras e construtoras; instalação de placas de energia solar; telefonia, radiofonia e internet; empresas de limpeza e manutenção etc

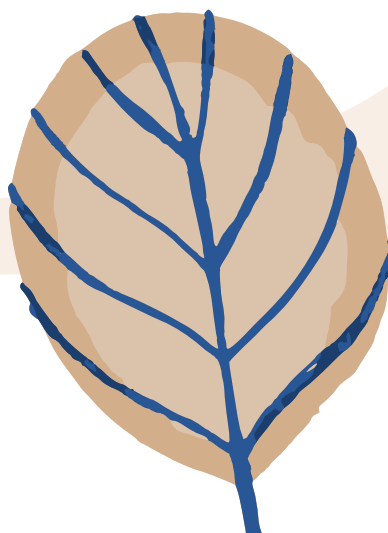




VAMOS VOLTAR ENTÃO AO EXEMPLO DO PGTA TIX?

Para isso precisamos pensar, que gastos teremos para organizar a lojinha de artesanato na aldeia e para apoiar a produção de óleo de pequi e pimenta para comercialização?

Para a lojinha de artesanato, precisaremos de “material para artesanato”, que estão previstos em “Materiais e suprimentos”; também precisamos prever custos de deslocamento (como frete, por exemplo), já que é preciso que o artesanato chegue das diversas comunidades do TIX. Por fim, precisaremos também de uma assessoria técnica, alguém que será responsável por conduzir e gerir a lojinha.

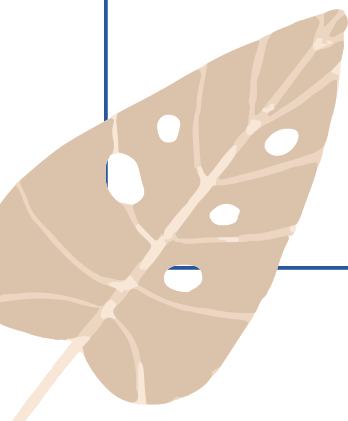




GERAÇÃO DE RENDA

DESCRIÇÃO: Propostas voltadas ao fortalecimento e fomento de iniciativas de geração de renda e acesso a mercados, incluindo intercâmbios com outros povos indígenas e processos de formação em temas diversos, como de turismo em terras indígenas, pagamento por serviços ambientais e negócios sustentáveis.

OBJETIVOS GERAIS	PROPOSTAS ESPECÍFICAS	QUEM DEVE EXECUTAR?	QUEM DEVE FINANCIAR?	RUBRICAS	ESTIMATIVAS DE CUSTOS ANUAIS
Fortalecimento e fomento de iniciativas de geração de renda e acesso a mercados a partir de produtos tradicionais e recursos florestais.	Organizar lojinha de artesanato na aldeia	Comunidades indígenas e organizações parceiras	Outras fontes de financiamento	Materiais e suprimentos	
				Custos de deslocamento	
				Assessoria Técnica	
	Apoiar a produção de óleo de pequi e pimenta para comercialização	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo; Funai	Financiamento público	Materiais e suprimentos	
				Custos de deslocamento	
				Assessoria Técnica	





ESTIMATIVAS DE CUSTOS ANUAIS

Pronto, agora só falta colocar os valores previstos de cada atividade! Para isso, vamos precisar dos orçamentos dos projetos já implementados no território, além de procurar informações públicas. Quanto mais detalhados forem os projetos aos quais você tiver acesso, mais precisas serão as estimativas. Além disso, muitas vezes um projeto que diz respeito a uma proposta específica nos ajudará a orçar várias outras. Por exemplo: se temos um projeto voltado para vigilância no território que prevê deslocamentos entre todas as comunidades da TI, nós já sabemos que, para organizar a lojinha de artesanato, também precisamos prever esses mesmos deslocamentos. Ou seja, o valor a ser gasto em uma e em outra atividade será parecido.



VOLTANDO AO EXEMPLO DO PGTA TIX,

tivemos acesso a projetos diretamente relacionados às propostas aqui analisadas, o que nos possibilitou chegarmos aos seguintes valores:





GERAÇÃO DE RENDA

DESCRIÇÃO: Propostas voltadas ao fortalecimento e fomento de iniciativas de geração de renda e acesso a mercados, incluindo intercâmbios com outros povos indígenas e processos de formação em temas diversos, como de turismo em terras indígenas, pagamento por serviços ambientais e negócios sustentáveis.

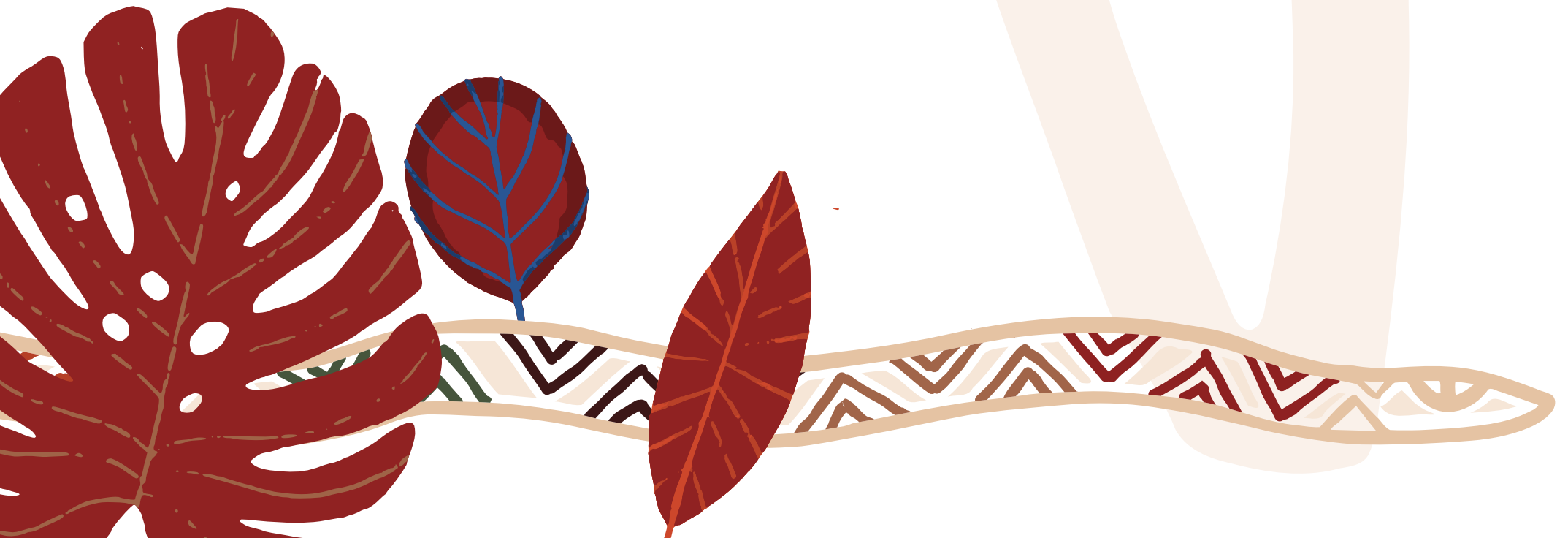
OBJETIVOS GERAIS	PROPOSTAS ESPECÍFICAS	QUEM DEVE EXECUTAR?	QUEM DEVE FINANCIAR?	RUBRICAS	ESTIMATIVAS DE CUSTOS ANUAIS
Fortalecimento e fomento de iniciativas de geração de renda e acesso a mercados a partir de produtos tradicionais e recursos florestais.	Organizar lojinha de artesanato na aldeia	Comunidades indígenas e organizações parceiras	Outras fontes de financiamento	Materiais e suprimentos	R\$ 6.000,00
				Custos de deslocamento	R\$ 84.000,00
				Assessoria Técnica	R\$ 12.500,00
	Apoiar a produção de óleo de pequi e pimenta para comercialização	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo; Funai	Financiamento público	Materiais e suprimentos	R\$ 5.900,00
				Custos de deslocamento	R\$ 7.000,00
				Assessoria Técnica	R\$ 4.900,00

METODOLOGIA PARA LEVANTAMENTO DE CUSTOS:

Pronto, agora já sabemos quanto recurso precisamos levantar para implementar por um ano duas propostas de geração de renda do PGTA TIX. E agora? Como vamos conseguir o recurso necessário para tirar essas iniciativas do papel?

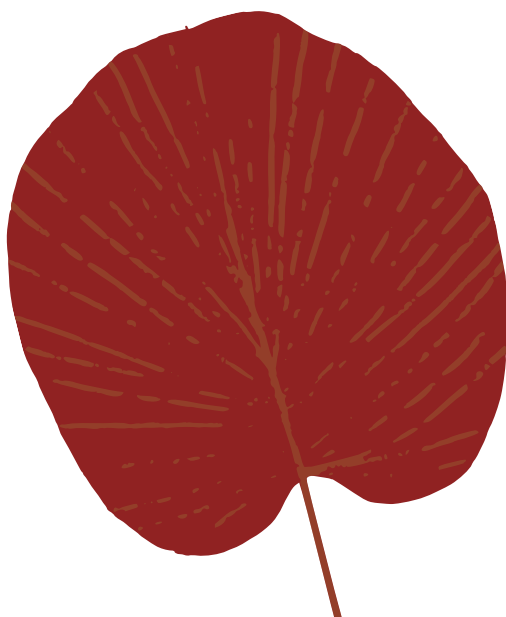
NO CASO DA LOJINHA PODEMOS:

- Procurar editais de financiadores interessados em iniciativas produtivas indígenas;
- Apresentar projetos para organizações parceiras das comunidades;
- Articular financiamento com a cooperação internacional;
- Criar uma vaquinha virtual para organização da loja, com arrecadação periódica.



NO CASO DO APOIO À PRODUÇÃO DO ÓLEO DE PIMENTA E DE PEQUI:

- Monitorar a implementação de projetos de etnodesenvolvimento pela Coordenação Regional;
 - Quanto foi gasto no ano anterior? Quanto recurso não foi executado e porque?
- Incidir para que o recurso destinado à CR seja gasto com projetos formulados e priorizados pelas comunidades;
- Monitorar os gastos do ATER com a região? Há iniciativas indígenas sendo financiadas?
- Incidir, junto com outros movimentos, pela ampliação do recurso destinado ao ATER;
- Denunciar a falta de investimentos públicos para garantia da geração de renda indígena;
- Apresentar para parlamentares aliados a possibilidade de emendar parlamentar que preveja gastos com o apoio à produção de óleo de pimenta e pequi;
- Apresentar um projeto para o Fundo Social do BNDES para financiar a produção de óleo de pimenta e de pequi.



COM OS CUSTOS PREVISTOS, PRECISAMOS DE ORGANIZAÇÃO PARA EXIGIR O INVESTIMENTO PÚBLICO E PARA IR ATRÁS DE OUTRAS FONTES POSSÍVEIS DE FINANCIAMENTO! MÃOS À OBRA!

BAIXE AQUI A TABELA PARA ESTIMAR OS CUSTOS DO SEU PGTA



QUANTO CUSTA TIRAR UM PGTA DO PAPEL?

Ficha Técnica:

Realização
Instituto de Estudos Socioeconômicos

Elaboração:
Leila Saraiva
Luísa Molina (consultora)

Revisão:
Carolina Perini (consultora)
Ester Souza (consultora)
Luísa Molina (consultora)
Tâmara Jacinto (consultora)

Organizações Parceiras:
Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-Acre
Instituto Socioambiental - ISA
Instituto de Estudos e Formação Indígena - IEPÉ
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN

Editoração:
Nara Oliveira (Estúdio Gunga)

A elaboração e sistematização desta cartilha contou com o apoio da **Rainforest Foundation Norway**

É permitida a reprodução total ou parcial do presente texto, de forma gratuita, desde que sejam citados os autores e a instituição que apoiou o estudo e que se inclua a referência ao artigo ou ao texto original.

Brasília (DF), 2021

EQUIPE INESC

Conselho Diretor
Aline Maia Nascimento
Júlia Alves Marinho Rodrigues
Márcia Anita Sprandel
Pedro de Carvalho Pontual
Roseli Faria

Conselho Fiscal
Iliana Alves Canoff
Lucas de Alencar oliveira
Mario Lisbôa Theodoro

Colegiado de Gestão
Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antonio Moroni

Coordenadora da Assessoria Política
Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal
Ana Paula Felipe

Assistente da Direção
Adriana Silva Alves
Marcela Coelho M. Esteves

Equipe de Comunicação
Ana Carolina Soares
Lívia Alcântara
Silvia Alvarez
Thais Vivas

Assessoria Política
Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cleo Manhas
Leila Saraiva Pantoja
Livi Gerbase
Márcia Acioli
Tatiana Oliveira

Assessoria Técnica
Dyarley Viana de Oliveira

Educador/a Social
Marcus Silva
Thallita de Oliveira
Contadora
Rosa Diná Gomes Ferreira

Assistente de Contabilidade
Ricardo Santana da Silva

Técnico de Informática
Cristóvão Frinhan

Auxiliares Administrativos
Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva
Josemar Vieira dos Santos

Auxiliar de Serviços Gerais
Roni Ferreira Chagas

Estagiários/as
Cássia Cristina Pinheiro Lopes
Icaro Sousa Abreu
Victor Queiroz

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17,
13º Andar Cobertura - Edifício Márcia
CEP 70. 3037-900 - Brasília/DF

Telefone: + 55 61 3212-0200
E-mail: inesc@inesc.org.br
Página Eletrônica: www.inesc.org.br

Realização



Apoio



Rainforest Foundation
Norway